

Posse de Alberto Niquice, apesar da acusação de pedofilia

Inaceitável!

(Maputo) Alberto Niquice, o deputado da Frelimo que evitou tomar posse no dia em que a nova legislatura foi formalmente investida pelo Presidente da República, foi empossado na manhã de sexta-feira, numa cerimónia dirigida pela Presidente do órgão, Esperança Bias.

Segundo se sabe, estrategicamente, Alberto Niquice evitou marcar presença no dia 13 de Janeiro, para fugir de embaraços relacionados com o processo que contra ele corre na Procuradoria Provincial de Gaza, no qual o jovem deputado é acusado de violação sexual de uma menor de idade.

Nisto, sabe-se, um grupo de 30 organizações de defesa dos direitos humanos submeteu à Assembleia da República (AR), com conhecimento do Conselho Constitucional e da Procuradoria - Geral da República,

uma solicitação para a suspensão da tomada de posse do deputado da Frelimo, Alberto Niquice. A ideia da Sociedade Civil é que, sendo considerado pedófilo até prova em contrário, Niquice não devia tomar posse a bem do próprio parlamento e de todos os moçambicanos, que acreditam na idoneidade do órgão.

Niquice sabia que a lei lhe concedia uma oportunidade de até 30 dias para o seu empossamento, daí que depois de “despistar” a opinião pública, voltou à magna casa no dia 31 do pretérito mês de Janeiro para a sua investidura.

Entretanto, interpelado pelo *mediaFAX*, o grupo de organizações da Sociedade Civil diz lamentar a coragem da AR em aceitar, com tamanha indiferença, o processo que corre contra o deputado, sabido que se trata de um órgão responsável pela

produção legislativa, incluindo de protecção da menor que Alberto Niquice a terá violado.

Ainda assim, este grupo que se dedica à defesa e promoção dos direitos humanos, diz que perdeu a batalha, mas não perdeu a guerra, pois já prepara um plano para voltar à carga.

“É que é inaceitável que um deputado tenha tal conduta. É inaceitável também que a AR tenha tomado a decisão que tomou. Não se trata apenas de um crime. É também um problema de ética e moral. Um adulto que se envolve sexualmente com a menor é pedófilo e quando essa pessoa é um deputado, é mais preocupante ainda”, disse a porta-voz da Rede de Defesa dos Direitos Sexuais e

Reprodutivos, Mulher e Lei na África Austral (WLSA-Moçambique).

Aliás, Maria José Artur afiançou ao *mediaFAX* que o conjunto das 30 organizações da sociedade civil já tem plano em manga visando dar continuidade à batalha.

“Não posso falar ainda do plano porque ainda precisamos de nos encontrar para uma concertação que irá determinar o próximo passo”, disse evitando dar pormenores sobre a referida estratégia.

Numa das entrevistas concedida a este diário, Ndzira Sofia Razão de Deus, directora executiva do Fórum Mulher, uma das organizações que está envolvida afincadamente nesta causa, aventou a possibilidade de uma marcha à escala nacional. **(Eduardo Conzo)**